

O DIÁRIO DE CAMPO NO ACOMPANHAMENTO E NA APREENSÃO DE VIVÊNCIAS NOS ASSENTAMENTOS

Henrique Carmona Duval*

A estrada, a caminho do Monte Alegre, passa entre as terras da usina que estão em volta do assentamento. Desta vez uma grande área fora colhida e até esta hora conseguia-se ver longe no horizonte, por todos os lados. De repente, chegamos numa área onde a cana ainda estava grande, de forma que só conseguíamos ver a estrada a nossa frente já que ela cobria a visão do horizonte.

Trecho do diário de campo do dia
14/09/2002.

Como forma de coletar dados para a pesquisa, os bolsistas do Nupedor fazem constantes visitas aos assentamentos pesquisados. Essas visitas fazem parte do trabalho de campo, trabalho que envolve, entre outras tarefas, produzir um diário de campo. O que é o diário e o que ele me possibilitou compreender é o que tentarei expor nesse texto.

É um caderno em branco que nos acompanha e completamos a partir das situações que observamos, o que nem sempre compreendemos corretamente. Os registros são feitos a partir da sensibilidade de cada pesquisador ao conhecer e conversar com uma família. Assim, cada um terá um tipo de registro, os quais somados enriquecem nossas análises. Não seguimos um roteiro nas visitas. As conversas versam conforme os assentados refletem sobre as suas vivências, e assim entramos no campo de apreensão do que ele quer nos relatar: a lógica de sobrevivência de cada um lá dentro. Se vamos a um assentado específico buscar determinada informação pode ser que tenhamos um roteiro de perguntas a fazer, para nos informar sobre, porém geralmente conhecemos a família, as histórias de vida, suas estratégias de permanecer na terra e ouvimos o que eles têm a nos dizer, de aspectos positivos a negativos da vida deles nos assentamentos.

* Bolsista de Iniciação Científica no projeto “Inserção de Assentamentos de Reforma Agrária às Economias Regionais: indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente. Araraquara e o Pontal do Paranapanema-SP”.

Por isso nosso registro não tem caráter quantitativo, buscamos compreender lógicas individuais de vida que cada pessoa adquire ao viver.

No diário registramos todas as passagens das idas a campo, de impressões nossas a falas dos assentados, que no momento em que ocorrem julgamos indicativas para nos ajudar a compreender as especificidades da vida das famílias nos assentamentos. Os registros são o guia para o rememorar as situações presenciadas. Nos colocam, em nossos imaginários, novamente à frente das famílias nos lotes, momento que apreendemos sobre o conhecimento que eles possuem através da observação de como eles fazem para conciliar a natureza deles com seu meio de sobrevivência. Após reler os diários, cada bolsista pode enxergar obstáculos que ele mesmo tem para compreender o meio rural. Mudar suas posturas e avaliações nas situações com as quais não soube lidar corretamente, com perspectivas de melhorá-las, é um exercício que auxilia muito na compreensão do real em sua complexidade.

Isso acontece muito em função do rememorar a situação. A ida a campo é rica em informações: a cada passagem temos a impressão de conhecer mais um aspecto do real digno de registro e quando vamos ler o que escrevemos no momento, é a oportunidade de repensar sobre o aspecto que observamos e registramos, corrigindo algumas possíveis falsas representações que existiam antes. É um instrumento de pesquisa que aprimora nossos olhares para futuras idas a campo, pois tivemos uma lição ao fazer a tarefa do diário, o que possibilitará coletar dados mais significativos nas próximas porque completam ou desfazem nossas primeiras, segundas e outras impressões, aprofundando-as dialeticamente.

Após algumas visitas aos lotes de produção e muita conversa com os assentados, observa-se que seus meios de sobrevivência dependem muito do que é determinado pelos poderes locais e pela economia regional. Por isso resolvi expor neste texto, a partir dos registros feitos no diário de campo, como foi o processo de legalização do plantio de cana-de-açúcar em parceria entre assentados e uma usina, que se apresentou como uma alternativa de viabilizar a vida nos lotes. Por ser um processo muito complexo, que mexe na estrutura do assentamento todo, causa inúmeros desdobramentos ainda duvidosos para o futuro deles. O assentamento em questão é o da fazenda Monte Alegre, implementado e fiscalizado pelo ITESP. Ele se encontra numa tríplice divisa de municípios, entre os municípios de Araraquara, Matão e Motuca.

Através das idas a campo e dos devidos registros no diário, obtive algumas informações de como foi realizado o movimento pró-cana neste período (de regulamentação) e de como as opiniões dos assentados foram mudando com relação à proposta que enfim se concretizou, na medida que os serviços da usina foram realizados nos lotes. O acompanhamento se deu, principalmente, no lote de produção de um assentado que é representante de um grupo que aderiu à proposta, o lote do Sr. Sidnei Belintani, e também em outros lotes.

Visitamos o lote desse algumas vezes antes, quando a parceria era uma proposta, e no período que os serviços foram feitos nós aproveitamos para idas mais constantes, visando acompanhar todas as fases do plantio. É importante ressaltar que os depoimentos fornecidos por esse assentado dizem respeito não apenas a preocupações unicamente dele, mas de interesse de todo o assentamento. Preocupações sobre aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais que foram tocados pela alternativa, como veremos ao longo do texto. É necessário em alguns momentos transcrever longos trechos do diário, pois é nele que está registrado meu acompanhamento e a minha reflexão sobre a parceria.

Este primeiro registro vem de uma visita a uma assentada que é agente de saúde local, um pouco antes da parceria ser autorizada:

Sobre a proposta de se plantar cana ela falou que em metade do lote teria um bom retorno financeiro, com maior garantia, que reduz os gastos da prefeitura com o assentamento. A prefeitura de Motuca e o ITESP estimam com a cana renda de R\$900,00 mensais mais ou menos. Disse que a Usina Santa Luiza (do qual o prefeito de Motuca foi funcionário) teria 100 famílias assentadas no município de Motuca (núcleos 1, 2, 4 e 5) que vão plantar se a proposta for liberada - ela disse que seriam metade dos lotes já que nos quatro núcleos vivem 200 famílias mais ou menos

(Diário de campo – 22/06/2002)

A fala dela indica bons olhos para a proposta pelo retorno financeiro garantido, repetindo uma inquietação que freqüentemente ouvimos no assentamento. Muitos deles se preocupam em não ser um peso para as prefeituras, no que toca aos investimentos públicos. Ou seja, anseiam a independência financeira. Esta fala também demonstra que muitas famílias aderem de longe à parceria, apenas uma usina fecharia contrato com 50% de famílias nos quatro lotes pertencentes a Motuca (prefeitura intermediária da proposta). A esta altura, de tanto ouvir esta e vários outros assentados dizerem que seria uma boa alternativa para o momento (de alguns chegava a ser um apelo), achávamos a proposta viável desde que o contrato vigorasse seus cinco anos rendendo o estimado, em metade de cada lote e que o dinheiro ganho servisse para investir na outra metade como alguns assentados nos falaram. Também sempre acreditamos que os assentados, em sua maioria, não fossem querer queimadas no assentamento. Mesmo assim a proposta não significava independência financeira. Apenas concordo que o contrato poderia estimular a produção nos lotes, mas os assentados corriam risco de se acomodar plantando cana depois de cinco anos e não parar mais.

O Sr. Belintani, que esteve atuando para que a proposta se viabilizasse, foi quem nos esclareceu de muitas questões que envolveram a regulamentação,

bem como de todo o processo. Em idas a campo, anteriores aos contratos, ele falava de seu envolvimento com pessoas do sindicato, da prefeitura de Motuca e com assentados que já se interessavam ou não pela proposta, que em seu lote eram realizadas reuniões porque essas pessoas vinham a ele “negociar” o pedido de regulamentação da cana.

Sobre a cana, Sr. Belintani disse ser um dos pais da proposta de se plantar cana no Monte Alegre e que se fosse hoje ele não abria a boca para defendê-la. Depois de se envolver com todas as lideranças, até com o governador Alckmin, para viabilizar o plantio de cana, ele diz que a proposta corre o risco de não favorecer os assentados e nem o meio ambiente (Diário de campo – 14/09/2002).

Depois que ele batalhou ferrenhamente com lideranças, apertou a mão do governador e falou no ouvido dele que precisavam plantar cana no assentamento Monte Alegre, ele viu, já bem antes dos plantios começarem, que a proposta poderia não contemplar peculiaridades dos produtores assentados. Muito menos em preservar o meio ambiente, sua maior preocupação.

Os primeiros porque os usineiros têm suas terras e mais outras já arrendadas, então a cana dos assentados pode ser desvalorizada, pois eles não têm tanto espaço e infraestrutura para a cana render igual. Suja a imagem dos assentados e da Reforma Agrária porque o assentado vai arrendar metade de suas terras para usineiros, não irão trabalhar nela como deveriam, às vezes nem na colheita. Disse que muitos assentados pegam o cheque e vão beber no bar (...) falando sobre o arrendamento. Então, os outros pensam: para que Reforma Agrária? Para que tanta terra para Reforma Agrária se eles preferem deixar 50% nas mãos do usineiro?

O meio ambiente é outro que vai sofrer, pois, além de todos insumos químicos e o fato de ser monocultura, existe o problema da queimada. Segundo o Sr. Belintani, o espaço para cana será 50% do lote, 3 alqueires mais ou menos. Acaba ficando próximo de outras culturas, criações, casas, barracões, mata nativa. As queimadas podem passar para estes lugares, prejudicando vizinhos, animais, acabando com a área de preservação, além de todos os problemas respiratórios (Idem).

As próximas idas ao seu lote só vieram confirmar o que ele queria nos dizer antes. Passado algum tempo, depois que os assentados assinaram o contrato com a usina, e mesmo alerta para a produção menos agressiva à natureza (pois

ele queria o corte da cana sem queimadas), seu aviso constou como observação no contrato e não como cláusula obrigatória do mesmo.

Se a cana for cortada crua a palha fica na terra segurando umidade, protegendo do sol e se decompõe, servindo de alimento a vários microorganismos que animam a vida no solo, que ajudam na sua oxigenação. Sem oxigenação o solo se torna infértil, pois é compactado e duro. Sr. Belintani conseguiu que fosse escrito nos contratos com a usina que “se opõe à queimada devido possíveis danos ambientais, culturas e criações de vizinhos”, e mais algumas razões (cana crua agüenta mais no transporte sem perder sacarina(?)) (Diário de campo – 30/03/2003).

Este trecho mostra a importância de trabalhar com o diário de campo e entender melhor as situações. Aqui pude compreender sua consciência e preocupação ambiental e com a sociabilidade (ele se opõe às queimadas). Mas ao mesmo tempo não compreendi toda a sua lógica, por não entender a diferença do valor monetário da cana colhida crua para a queimada. O diário de campo me possibilitou registrar preocupações deste assentado com relação a uma alternativa à qual muitos outros também aderiram, mesmo a maioria deles não percebendo algumas possíveis desvantagens para o assentamento, devidas às queimadas e outras com relação a vizinhos, animais, área de preservação, dependência da agroindústria e desvalorização da cana produzida nos lotes. O diário me possibilitou perceber também que não é a sacarina que se perde com a queimada, mas a sacarose, por isso coloquei o ponto de interrogação já que ele me falou na hora, mas a quantidade de informações foi tanta no momento que eu não ouvi direito e tive dúvidas para registrá-las corretamente, corrigindo-a posteriormente. Mas com certeza pude compreender a informação ao reler o diário. Sua reivindicação que deveria ser obrigatória (não poder queimar) foi apenas uma recomendação nos contratos, por total desinteresse da usina e da prefeitura em zelar pelos assentados e pelo meio ambiente. Ele completou:

Se a cana for vendida para o exterior, o fato dela ser produzida sem queimada melhorará a imagem da usina, primeiro porque é produzida em terras de Reforma Agrária e também devido a selos ecológicos necessários para entrar em vários mercados (Sr. Belintani – 30/03/2003).

Ou seja, a cana produzida no assentamento poderia ter outro valor. Nesta mesma ida a campo descobrimos como é que o contrato estabelecia o plantio nos lotes e como está sendo executado no lote dele.

A cana poderá ser plantada em metade do lote durante cinco anos (7 hectares no caso dele) com direito na primeira safra, na preparação da terra, a calcário para corrigir acidez, algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo e para abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida e veneno para formigas e ainda as mudas. O transporte e pesagem também são a cargo da usina (Diário de Campo – 30/03/2003).

O diário de campo possibilita desvendar aspectos comuns entre os assentados que estamos sempre em contato, entre os quais aspectos negativos da vida que estão submetidos ao serem assentados naquele espaço. Esta passagem indica um problema comum entre os assentados do Monte Alegre, que é a destoca ainda por fazer em muitas áreas dos lotes. Já ouvimos de outras pessoas que este serviço já deveria ter sido feito (pelo ITESP) antes deles morarem e trabalharem no local, pois com os tocos de eucalipto ainda no solo algumas áreas dos lotes ficam inutilizadas para produção. Além disso, eles são o foco de cupins que estão por toda parte. Mesmo destocando a área do cultivo de cana, esse e outros serviços da usina não têm sido bem feitos em muitos lotes e poderão implicar em prejuízo para os assentados.

Na destoca no lote do Sr. Belintani os tocos saíram muito bem, mas o trator desmanchou as curvas de nível que ele tinha feito e sem as curvas todo calcário que jogar na terra para corrigi-la vai descer com a água. (...) O mata-mato que disseram ter jogado um monte não matou as baquearas, o cupinicida e o veneno para formigas estão sendo aplicados com bombas costais depois que a cana está plantada, o que não resolve o problema dos ataques à cultura. Segundo o Sr. Belintani os venenos deveriam ser passados com máquinas e depois que abre o sulco, como é feito nas usinas, para que o combate se dê lá onde estão os cupins e as formigas. Da forma como estão aplicando (depois de plantar as mudas), tanto o cupinicida como os venenos para formiga não garantem um efetivo combate a essas pragas, que dominam aquele espaço, durante os cinco anos do contrato dos assentados com usineiros (Idem).

Ele disse que tem ouvido de outros assentados que em seus lotes os serviços feitos pela usina também são mal executados. Em outro lote, as ruas de cana foram feitas da parte alta para a parte baixa, enquanto deveria acompanhar o nível de inclinação da terra para não perder nutrientes.

Continuando a visita e registrando as passagens, compreendi como o contrato estabelecia o pagamento dos serviços da usina, e compreendi também

o que ele acha dos mesmos (feitos por apenas uma frente de trabalho: um trator e um grupo de trabalhadores). Surgem opiniões do assentado a partir de constatações dele com relação a este modelo de serviço já prestado pela usina, como veremos nesta passagem do diário:

Todos esses serviços (chamada “produção facilitada”) são oferecidos apenas na primeira safra (de 18 meses) e pagos 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira (descontadas na tonelagem), embora nessas duas últimas os assentados já não contarão com os serviços feitos pela usina. (...) O trato e o corte serão feitos pelas famílias. Neste primeiro contrato, 37 famílias estão participando. Em 7 lotes mais ou menos os trabalhos de plantio já haviam começado, nuns outros apenas destocaram, mas o maior problema é que a época certa de plantio seria no máximo até fevereiro, para render mais. Enquanto mais demoram, aumenta a possibilidade de uma baixa produção. A usina colocou a disposição dos assentados apenas uma frente de trabalho para as 37 famílias, que estão subdivididas em dois grupos: 27 dos mais próximos da usina (territorial e amigavelmente), onde os trabalhos já começaram, e 10 dos mais “distantes”, que é o grupo do Sr. Belintani. Ele acha que o certo era ter duas frentes de trabalho, uma para cada grupo, para que os serviços da usina e o plantio fossem feitos em todos os lotes juntos (...) e todos colherem “a mesma cana”, pois espera produtividade menor de quem plantar mais tarde. Ele chega a sugerir para assentados amigos que não assinaram até agora que só façam em setembro/outubro, época mais apropriada para a cultura. O grupo que planta com ele definiu que os trabalhos nos lotes, principalmente de colheita, serão feitos em mutirão, cada dia eles vão ao lote de um assentado trabalhar (Idem).

Essa ida a campo (do dia 30/03/2003) é repleta de informações sobre o contrato. A próxima passagem indica a avaliação do processo por parte do Sr. Belintani após algumas etapas:

Disse que trouxeram calcário para ele, 13 toneladas, mas que nem pesaram na frente de alguém do ITESP ou um representante do assentamento para conferir (comum nos outros lotes), quando o certo é o ITESP saber o que e quanto está entrando no assentamento para produção. O veneno para o mato também não surtiu efeito e é caro segundo ele. Está na verdade faltando garantias para uma boa safra e eventual lucro dos assentados enquanto os lucros da usina estão garantidos. Ele vê ainda o

risco de alguns assentados não terem dinheiro nem com a cana, ficarem devedores da usina (...) devido aos atrasos no tempo certo de plantio, insumos de baixa qualidade, sem o devido registro e garantias de procedência, fora serviços mal feitos como a destoca que estragou as curvas de contenção de nível e frentes de trabalho dividida em tempos diferentes. A usina quer cana o ano todo, por isso acaba plantando em tempos diferentes e agora escolhe em qual lote quer colher em determinada época, fato que irá prejudicar os assentados que plantarem nas piores épocas deixando uns grupos melhores que outros na expectativa de uma boa safra.

Obs.- Ele disse que para começar o plantio de cana na terra da fazenda Monte Alegre, deveriam (os assentados e o ITESP) sugerir a preparação dela um ano antes com o plantio de soja ou feijão, para uma melhor produção, mas não houve nem uma análise química no solo para saber quanto de calcário é necessário para corrigi-lo. O calcário colocado foi medido como se fossem as terras da usina (Idem).

Na avaliação dele ocorre abandono do Estado na administração dos contratos, na análise do papel do ITESP, e tudo está como a usina quer. Reivindicações que partem dos assentados e que dizem respeito ao espaço de moradia deles não são atendidas. Alguns assentados, principalmente do grupo dele que plantou mais tarde, correm o risco de terem as piores safras devido ao tempo de plantio e aos serviços mal feitos. As terras da fazenda Monte Alegre são extremamente desgastadas pela monocultura de eucaliptos anterior ao assentamento, enquanto as da usina não têm a mesma acidez. Os lucros da usina não se dão apenas na tonelagem da cana. Ela já está ganhando, pois o assentamento fica a menos de dez quilômetros de suas terras, havendo economia no transporte. Um contrato que aparentemente oferece estabilidade financeira aos assentados poderá não ajudá-los no trabalho e na permanência na terra, mas deixá-los sob o comando dos usineiros.

Ele disse que a maioria dos assentados não está vendo a impossibilidade de lucro deles com a cana: “eles só querem plantar, no dia de assinar (o contrato com a usina) muitos falavam: -Eu vim aqui para assinar”. Quando Sr. Belintani queria falar sobre garantias dos assentados para uma boa colheita, por exemplo, cobrar da usina e do ITESP uma análise do solo para descobrir quanto de calcário é necessário, plantar na época certa, frentes de trabalho para isso, ninguém queria saber. (...) A produção facilitada (com serviços da usina pagas em parcelas) é só para o primeiro ano, nos outros o assentado terá que pagar na hora. E se na primeira colheita der cana fina,

de pouca tonelagem, como o assentado terá dinheiro para aplicar com tudo que precisa nos outros plantios?

Emílio Fortes (prefeito de Motuca) foi quem trouxe Geraldo Alckmin para a região e foi da boca do Sr. Belintani que eles ouviram um dos apelos para a cana ser plantada no Monte Alegre. Assim começaram indícios de aceitação do Estado para o arrendamento de terras de assentamento para produção usineira. Sr. Belintani sempre achou que Motuca fizesse coisas em favor dos assentados. Um exemplo era o trator que a prefeitura adquiriu “para os assentados”, através da secretaria de agricultura, pelo qual a hora de trabalho custava 10 reais até pouquíssimo tempo atrás (final de 2002). O preço mais barato hoje é 15 reais (Matão), R\$ 22 (CEDIR) e Motuca foi para R\$30 (logo após a cana ser legalizada) (Idem).

Foi assim que percebi o descaso e o jogo político do poder público aos assentamentos e a dominação exercida pelo poder econômico regional sobre o município. Ao mesmo tempo em que o ITESP e demais prefeituras se abstinham da administração da parceria, percebemos também o abandono de benfeitorias dos mesmos no que eles se dispuseram, como não fiscalizar os contratos, serviços e insumos da usina para a produção no assentamento. Além disso, a hora de um trator da prefeitura de Motuca que atende os pequenos produtores triplicou de preço pouco depois da mesma conseguir, através de seu empenho político, legalizar a parceria (o que já é motivo de muitos desentendimentos entre eles). Percebe-se, pela fala do assentado, que após a primeira colheita se pagará 50% dos serviços da usina e o dinheiro restante servirá para pagar insumos da segunda safra, que não serão feitos pela usina e nem parcelados como na primeira. Terão que pagar na hora, mas se o lucro não for suficiente para isso, dificilmente terão condições de organizar seus canaviais para as outras safras do contrato, talvez até se endividando.

Após estas constatações sobre o contrato e dos serviços efetuados até aqui, ao voltarmos ao Sr. Belintani vimos ele trabalhar com seus filhos também na cana dos usineiros, assim como em outras atividades que esperam realizar no lote. Observamos que as descobertas sobre o contrato não param de surgir de outras formas, o que foi nos esclarecendo sobre o caso na medida que voltávamos lá. Descobrimos, por exemplo, que os assentados ainda não têm uma cópia do contrato com eles. Eles ainda não portam o documento que assinaram e o plantio já está feito. Se, por ventura, o contrato prejudique os assentados de alguma maneira, eles só terão conhecimento quando não se der mais para voltar atrás. Outra constatação é a preocupação deste assentado com o rendimento da cana, ele e os filhos não param de trabalhar e até colocam investimento por fora para garantir boa produção:

Chegamos e ele estava, com o filho André, jogando veneno nas formigas no espaço de cana para a usina. Ele já começou a nos mostrar os maus serviços prestados pela usina no seu lote: O cupinicida que aplicaram não adiantou (olhando entre as ruas de cana só se via as casas dos cupins, que parecem areia que brota da terra), quanto às formigas os usineiros disseram ter um pessoal especializado para acabar com elas, mas elas já estão acabando com as primeiras pontas da cana que estão surgindo. O trator da usina foi refazer as curvas de nível que tinha desfeito, porém as ruas não acompanham as curvas, resultando num “bico” (pedaço de terra que não acompanha a rua de cana) que deveria sobrar nas margens da plantação, mas sobrou no meio e trará algum prejuízo na hora da pesagem. Sr. Belintani disse que quando o trator precisar fazer serviço lá de novo terá que passar por cima de algumas ruas para manobrar, estragando mais um bom pedaço da sua cana. As ruas feitas erradas são comuns em alguns lotes e diminuirão substancialmente a produção em alguns casos. (...) Ainda não combateram os cupins e formigas que já estão atacando o canavial e, pior, dificilmente possibilitarão que esta cana chegue forte nos terceiro e quarto cortes (o contrato é de cinco anos). (...) Jogam um veneno caro, que será cobrado na tonelagem, mas só por cima. Sobre colocar veneno por conta como ele e o filho fazem, disse: “Temos que fazer isso se quisermos garantir produtividade um pouco maior”. Ele acha que passando veneno a cada 60 dias, como a usina tem feito, não resolve o problema, por isso ele acrescenta gastos de sua parte (Diário de campo – 26/04/2003)

Há uma visível melhora na minha compreensão nesta visita comparando com as outras idas, no que se refere à maneira que eles estão aplicando veneno, do que está sendo feito pela usina e do que o assentado esperava com o contrato. Enquanto o contrato não estava assinado o assentado não imaginava que haveria tantos problemas na hora de plantar a cana, ele acreditava que os serviços prestados seriam pensados sobre os cinco anos que vigora a parceria.

Explicou também que o primeiro corte é capaz de render boa produção, no entanto para os outros cortes já duvida que conseguirá manter a tonelagem. Os serviços da usina (motomecanização, tratorista, mudas e produtos para controle de pragas e doenças) são apenas para o primeiro plantio, depois os problemas com a lavoura são do assentado. Mas se a cana vai render até cinco cortes como ela vai crescer forte nas futuras safras (considerando os maus serviços da usina) e render a

mesma tonelagem em todas? A primeira cana tem que ser muito bem cuidada para as outras não ficarem comprometidas, mas já sofrem ataque de formigas e cupins (Diário de campo – 26/04/2003).

Suas expectativas de obter boa renda com a cana já mudaram muito. Ele não espera mais da usina um serviço nesta primeira safra que garanta o cuidado na produção para os cinco anos do contrato, como deveria ser. A tranquilidade que o contrato sugeria com produção facilitada em metade do lote e em parcerias com vizinhos também não existe mais. Principalmente no que se refere aos danos ambientais nos lotes e nas áreas de preservação do assentamento.

Ele disse: “Os usineiros e prefeituras não estão nem aí para os assentados. Quando conseguem o que querem virão as costas para nós“. Acredita que “no fundo, tem uma política”. Essa afirmação surgiu quando falávamos das frentes de trabalho para plantar a cana. O pessoal do núcleo 1 (cerca de 27 lotes) recebeu tratamento e plantio antes porque a usina disponibilizou só uma frente de trabalho e eles estão mais próximos à usina, por isso ficaram mais próximos da época boa de plantio. Já a segunda leva, cerca de 10 lotes (...) ficaram para depois – o certo seria a usina disponibilizar duas frentes e todos começarem juntos – e indicam expectativas de obter menor produção. No núcleo 1, além de serem mais velhos no assentamento, existem pessoas “apadrinhadas” da usina, que já trabalharam lá ou têm filhos que trabalham (Idem).

Finalmente completamos a informação sobre as frentes de trabalho. Em todas essas idas a campo, nas quais observamos e registramos o caso da cana, a cada passagem percebíamos de outra forma o que os assentados estavam nos falando. Neste caso, o que foi mudando em suas expectativas e o que virou preocupação com plantio para a usina. Os acontecimentos que continuam a ocorrer no processo são compreendidos no âmbito das representações deles já coletadas e melhoradas. Antes não havia depoimentos que apontassem apadrinhamento de alguns assentados, apenas que um dos grupos seria prejudicado por plantar mais tarde a cana. O próximo trecho do diário mostra algumas reflexões minhas sobre o abandono dos demais órgãos em relação aos assentados, de atividades que não foram feitas para assistir a produção no assentamento, o que ouvi ao longo das idas a campo não apenas no lote do Sr. Belintani.

O ITESP, que deveria fiscalizar as atividades e os insumos que entram no assentamento, e neste caso juntamente com técnicos da usina ajudar na orientação técnica, não vem cumprindo sua função. Até há um mal estar dos assentados com relação à atuação do órgão neste caso tão complexo, da sua discussão à implementação e agora na sua vigência, inclusive no que diz respeito a cada contrato assinado pelos assentados. (...) Pode-se dizer que governo e usina têm posturas muito parecidas, que o público e o privado realmente se confundem no Brasil em função do poder econômico, prejudicando os pequenos. Ainda mais com grandes proprietários que aglomeram monoculturas por onde querem, inclusive em terras de Reforma Agrária, dando a tônica de como se estará utilizando os espaços e os homens (Idem).

O último trecho do diário que apresento, para finalizar, é apenas um comentário de um outro assentado que há muito tempo anseia criar peixes em seu lote. Ele esperou cinco anos para obter autorização do ITESP e construir os tanques. Neste tempo, ele tentou outras alternativas de produção, passou por muitas decepções e nervosismo porque não eram culturas que ele sabe ou queria produzir. Isso é muito comum na vida das famílias assentadas, o fato de não conseguirem produzir o que querem nos lotes por inúmeros motivos, do estado do solo que recebem para morar ao incentivo financeiro concedido (vontade do mercado financeiro), principalmente. Observamos freqüentemente que o estresse vivido por eles devido à impossibilidade de fazer o que querem em seus lotes (expressão da dominação do poder econômico regional) resultam em desentendimentos familiares, entre vizinhos e técnicos, muitos deles já foram internados com diversos problemas agravados pela vida no assentamento repleta de lutas entre os diversos atores presentes. Muitos desistem de morar lá por causa das condições que vivem. Ele fala: “Quantas outras que não a cana o governo poderia apoiar no assentamento?”. A fala do assentado desvenda muitas incertezas que temos com relação à vontade de viabilização de um assentamento numa região dominada pelo complexo agroindustrial da cana.

Com ajuda do diário de campo fui, aos poucos, esclarecendo o que alguns assentados esperam da parceria com a usina, na medida que eles também aos poucos descobriram possíveis conseqüências do mesmo através do movimento do processo. Não são apenas registros dessa “nova” alternativa que nos levam analisar a parceria, mas de muitos aspectos que observamos na ida a campo que nos falam da vida no assentamento. É um instrumento que passo a passo enriquece nossa análise de dados coletados diretamente com quem pode fornecê-los, incluindo-se os assentados, as instituições privadas, públicas e prefeituras. Sobre o que está mudando na vida no assentamento, possibilita aos bolsistas

escreverem sobre suas experiências como pesquisadores e realizar inúmeras reflexões. Através desses dados, analisamos as condições através das quais o assentamento foi invadido pela cana, aquela que não é para subsistência das criações, mas que pode mudar o rumo da Reforma Agrária na região e de centenas de famílias.

Referências bibliográficas:

DANTAS, A. **Uma tentativa de compreensão do homem rural:** Diferentes olhares. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL-UNESP, Araraquara, 1997.

MALINOWSKY, B.K. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** In: Os Pensadores, Vol. 21, São Paulo: Editora Abril, 1984.

MORIN, E. **O Método II.** A vida da vida. Publicações Europa-América, Portugal, 1980.

STETTER, E. A. **A Cana nos Assentamentos Rurais:** Presença indigesta ou personagem convidada? (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL –UNESP, Araraquara, 2000.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural.** Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.